

FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES EM FORMAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NA ZONA DA MATA MINEIRA

Márcio José Rodrigues da Silva¹
Soraya Dayanna Guimarães Santos²

RESUMO

Este estudo investigou a percepção de estudantes de Educação Física sobre conhecimentos relacionados às temáticas inclusivas no contexto escolar. Realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, envolvendo 11 estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior Federal. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário online com perguntas sobre a disciplina inclusiva ofertada, e a análise seguiu a metodologia de Bardin (2002). Os resultados indicaram que a disciplina foi vista como relevante, oferecendo uma base teórica e prática para o trabalho inclusivo, embora as discussões tenham sido predominantemente centradas em abordagens biomédicas. Também se destacou a importância das experiências práticas, como estágios e o PIBID, para preparar os estudantes, promovendo confiança e competências para lidar com a inclusão. Conclui-se que é fundamental revisar as estruturas curriculares, com o objetivo de proporcionar uma formação mais inclusiva e alinhada com as demandas sociais.

Palavras-chave: Formação Inicial; Estudantes universitários; Educação Física; Inclusão.

INITIAL TRAINING AND PHYSICAL EDUCATION IN AN INCLUSIVE PERSPECTIVE:
PERCEPTIONS OF STUDENTS IN TRAINING AT A HIGHER EDUCATION INSTITUTION
IN THE ZONA DA MATA MINAS GERAIS

ABSTRACT

This study investigated the perception of Physical Education students about knowledge related to inclusive themes in the school context. A descriptive research with a qualitative approach was

¹ Doutorando em Educação Física pelo Programa de Pós-graduação em Educação Física (UFV/UFJF). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFV). Especialista em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para pessoas com deficiência pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Educação Física pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais- Campus Rio Pomba (IF SUDESTE MG- Campus Rio Pomba). E-mail:marcio.silva1@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5996232721438432>. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-9646-4365>.

² Doutora em Educação (PPGE/UFAL) e professora do Instituto de Educação Física e Esporte da Universidade Federal de Alagoas (IEFE/UFAL) e do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Especial (UFAL-UNCISAL) e do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional-Proef (Polo Maceió) E-mail: soraya.santos@iefe.ufal.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2876317735038468>. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-2623-4430>.

conducted, involving 11 students of the Physical Education Degree course at a Federal Higher Education Institution. Data collection was done through an online questionnaire with questions about the inclusive subject offered, and the analysis followed the methodology of Bardin (2002). The results indicated that the subject was seen as relevant, offering a theoretical and practical basis for inclusive work, although the discussions were predominantly centered on biomedical approaches. The importance of practical experiences, such as internships and PIBID, was also highlighted to prepare students, promoting confidence and skills to deal with inclusion. It is concluded that it is essential to review the curricular structures, with the aim of providing a more inclusive education aligned with social demands.

Keywords: Initial Training; University Students; Physical Education; Inclusion.

EDUCACIÓN INICIAL Y EDUCACIÓN FÍSICA DESDE UNA PERSPECTIVA INCLUSIVA: PERCEPCIONES DE ALUMNOS EN FORMACIÓN DE UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE LA ZONA DA MATA MINEIRA

RESUMEN

Este estudio investigó la percepción de los estudiantes de Educación Física sobre conocimientos relacionados con temas inclusivos en el contexto escolar. Se realizó una investigación descriptiva con enfoque cualitativo, involucrando a 11 estudiantes de la carrera de Licenciatura en Educación Física de una Institución Federal de Educación Superior. La recogida de datos se realizó a través de un cuestionario online con preguntas sobre la disciplina inclusiva ofrecida, y el análisis siguió la metodología de Bardin (2002). Los resultados indicaron que la disciplina se consideraba relevante y ofrecía una base teórica y práctica para el trabajo inclusivo, aunque las discusiones se centraron predominantemente en enfoques biomédicos. También se destacó la importancia de experiencias prácticas, como pasantías y PIBID, para preparar a los estudiantes, promoviendo confianza y habilidades para afrontar la inclusión. Se concluye que es fundamental revisar las estructuras curriculares, con el objetivo de brindar una formación más inclusiva y alineada con las demandas sociales.

Palabras clave: Formación Inicial; Estudiantes universitarios; Educación física; Inclusión.

INTRODUÇÃO

A formação profissional em Educação Física passou por mudanças curriculares pautadas na necessidade de especificar os campos de atuação profissional, diferenciando a formação do licenciado e do bacharel em Educação Física. O debate sobre a formação dos professores para intervir na Educação Inclusiva em nosso País cresce a cada dia. As discussões incluem a formação continuada do professor (Moraes; Campos; Rodrigues, 2019), a formação inicial (Agapito *et al.*, 2021), as condições de trabalho dos docentes e o desenvolvimento profissional (Calheiros *et al.*, 2018). Percebemos que muitos são os problemas para efetivar a inclusão de estudantes com deficiência no contexto educacional. Diversos estudiosos têm se debruçado a fim de compreender e levantar as possíveis dificuldades enfrentadas nessa situação (Chicon; Mendes; Sá, 2011; Fiorini, 2011; Alves; Duarte, 2014).

A maioria das pesquisas sobre Educação Física e Inclusão se concentra no papel do professor de Educação Física. Oliveira, Nunes e Munster (2017) apontam três principais áreas de investigação nessa linha: a formação dos profissionais, as atitudes dos professores em relação à inclusão e as práticas pedagógicas com alunos com deficiência. Apesar dos esforços para incluir esses alunos na rede regular de ensino, estudos indicam formação inadequada para lidar com essa demanda (Rodrigues; Lima-Rodrigues, 2017; Fiorini; Manzini, 2014; Simim, 2014; Greguol; Gobbi; Carraro, 2013).

Se faz necessário elucidar que inúmeros são os documentos (normativas e legislações) que se refere a educação especial e inclusiva, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que garante que os sistemas de ensino para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais devem proporcionar currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. Ademais, o documento do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) nº 9, de 8 de maio de 2001 deu início a mudanças nos currículos dos cursos de graduação das licenciaturas, que começaram a incluir em suas grades curriculares disciplinas obrigatórias e/ou eletivas que abordassem a temática inclusiva (Brasil, 2001, p.26). Ao progredirmos nesse caminho, observamos mudanças também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior, onde foi definida pelo Conselho Nacional de Educação na Resolução nº2 de 1º de julho de 2015, destaca no Artº14, no parágrafo 2º que:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdo específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), **educação especial** e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2015, Art. 14, grifo do autor).

Vale ressaltar que os documentos legais direcionados para a perspectiva inclusiva visam colaborar com a atuação dos futuros docentes de Educação Física, no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, como apontam Matos, Cardoso e Nicoletti (2022). Dialogando com as diretrizes propostas, para garantir uma formação mais abrangente, os autores Gatii *et al.* (2019, p. 7) afirmam que a construção de sistemas educativos de qualidade, equitativos e inclusivos passa, necessariamente, pela efetivação de políticas docentes que promovam atratividade à carreira, formação inicial e continuada. Já Rodrigues (2017) pondera que durante a formação inicial, o professor ainda em formação deve se atentar

para que sua atuação seja planejada, concebida e flexibilizada fazendo com que os alunos usufruam de um bom processo de aprendizagem.

Ao focarmos na temática da inclusão na formação inicial dos professores de Educação Física (EF), Krug, Krug e Krug (2019, p. 21) destacam que “pesquisas dessa natureza oferecem subsídios para reflexões que podem promover mudanças no contexto da formação inicial e continuada de professores de EF, contribuindo para a melhoria da atuação desses profissionais no ambiente escolar”, especialmente no que diz respeito à inclusão. Essa transformação é fundamental, uma vez que inúmeros estudos (Schmitt *et al.*, 2015; Sobreira; Lima; Piccolo, 2015, Martins, 2019; Rossi-Andrion; Vilaronga; Van Munster, 2019) evidenciam a carência de preparo dos docentes para atuar nessa área. A maioria dessas pesquisas aborda tanto professores quanto estudantes como sujeitos investigados, buscando compreender as lacunas existentes.

Na busca de aprofundarmos nesse cenário, verificar a percepção dos alunos em formação frente aos conhecimentos relacionados às temáticas inclusivas se torna algo muito importante, pois permitirá uma melhor compreensão dos aspectos que influenciam o processo da formação inicial, uma vez que, segundo Matos *et al.* (2022 p.72,) os cursos de licenciatura em educação física devem propiciar aos seus discentes uma formação significativa a fim de promover a inclusão dos alunos com deficiência no contexto escolar. Assim, nosso estudo foi investigar a percepção de estudantes de Educação Física frente aos conhecimentos relacionados às temáticas inclusivas no contexto escolar.

METODOLOGIA

Este artigo deriva de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da especialização de Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para pessoas com Deficiência, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tratou-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, participaram do estudo 11 estudantes (Idade = 21±36 anos; feminino: n= 3 e masculino= 8) matriculados no curso de Licenciatura em Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior (IES) Federal. Utilizamos um questionário (Google Forms) com oito perguntas sobre a amostra e 12 perguntas abertas sobre a disciplina "Prática Pedagógica da Educação Física Inclusiva" (3º período; carga horária = 72 horas). A análise dos questionários foi feita utilizando análise de conteúdo temático e categorial (Bardin, 2002), resultando em três categorias de discussões: I) Aspectos da disciplina inclusiva na

formação inicial; II) Debates sobre deficiência na disciplina; III) Experiências formativas e impactos na prática profissional.

Os participantes consentiram sua participação no estudo. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa sob o número do parecer n.º 6.055.044/CAAE: 68969623.6.0000.515.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir iremos nos debruçar para a fim de apresentar os debates que perpassam por cada categoria.

I) Aspectos da disciplina inclusiva na formação inicial

Essa categoria surgiu em resposta a algumas observações feitas nas respostas dos alunos. Assim, abordaremos discussões que abrangem toda a disciplina, desde sua estrutura e até aos aspectos normativos. Ao debatermos sobre o currículo oferecido aos estudantes do curso de Educação Física, percebemos a sua importância na garantia de uma formação abrangente, em que possui um impacto direto na preparação profissional.

O currículo estabelece os conteúdos do processo de ensino-aprendizagem e os objetivos a serem alcançados, tornando-se uma ferramenta essencial para promover discussões sobre a inclusão no percurso acadêmico. Além disso, oferece diretrizes que orientam a relação entre a formação de professores em Educação Física e a inclusão de pessoas com deficiência, como a Resolução nº 06/2018, do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018), que institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, esses devem garantir a formação de profissionais para atuar com diferentes públicos, dentre os quais estão abarcadas as pessoas com deficiência. Nota-se então, que a disciplina de Educação Física Adaptada é um componente imprescindível na formação dos profissionais de Educação Física, configurando uma etapa de construção de conhecimento em relação à atividade motora adaptada e as pessoas com deficiência. (Silva; Araujo, 2012).

Compreendemos dessa forma, que apenas com um currículo bem estruturado e planejado para o trabalho acerca da Educação Física Adaptada, se torna possível garantir uma preparação adequada dos profissionais, isso permite que eles enfrentem os desafios educacionais e sociais, enquanto também promovem o desenvolvimento de uma perspectiva

crítica e engajada (Borella, 2010). Ao emergirmos nos aspectos estruturais e organizacionais que permeiam o currículo, nos apoiaremos em Castro e Alves (2018), onde afirmam que a organização dos conteúdos e planejamento didático-pedagógico bem elaborado, oportuniza condições de aprendizagem efetivas nas práticas pedagógicas inclusivas. Nesses aspectos, identificamos nos relatos dos estudantes em relação ao desenvolvimento das disciplinas de temáticas inclusivas.

A disciplina me fez enxergar vários pontos nos quais passavam despercebidos, principalmente nas leis (Estudante 4).

Trouxe diversos conhecimentos e leis para que ficássemos por dentro dos direitos dos pcds (Estudante 8).

A disciplina é muito importante para o aprendizado e vivência de como aplicar algumas sequências pedagógicas diante de uma situação de PCDs em instituições de ensino público quanto privado (Estudante 9).

Temos uma metodologia bem prática, então aprendendo fazendo, e o professor nos envia muitos materiais escritos para que possamos sempre nos acostumar com os termos corretos e colocá-los na prática (Estudante 10).

O professor aplicou na disciplina de maneira clara, com situações que poderiam ocorrer diante da atuação na escola, inovando e apresentando metodologias de fácil compreensão e possíveis de aplicar em ações (Estudante 11).

Percebemos que os estudantes destacaram pontos cruciais relacionados à organização e eficácia da disciplina. Inicialmente, ressaltaram a clareza e inovação do docente ao ministrar a temática inclusiva, especialmente na apresentação e aplicação de metodologias práticas, facilitando o entendimento dos futuros profissionais. A articulação dos saberes e a mediação da prática profissional dos docentes foram destacadas como contribuições importantes para o debate, conforme apontado por Tardif (2014, p.21), que afirma que “ensinar é mobilizar uma ampla variedade de saberes, reutilizando-os no trabalho para adaptá-los e transformá-los pelo e para o trabalho.”

É essencial oferecer aos profissionais acesso aos conteúdos sobre educação inclusiva e prepará-los para o desenvolvimento pedagógico voltado para pessoas com deficiência, garantindo um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor para todos os alunos, conforme apontado por Poker *et al.* (2018). Os relatos dos estudantes destacaram as vivências e situações de aprendizagem promovidas pelo docente, fundamentais para a assimilação e compreensão dos estudantes sobre o processo de inclusão no contexto educacional, especialmente em relação às adaptações dos conteúdos e metodologias de ensino, conforme compreendemos que algumas atividades só se tornam acessíveis às pessoas com deficiência mediante adaptações (Van Munster; Lieberman; Grenier, 2019).

Por fim, percebemos a discussão durante a disciplina relacionada aos aspectos legais,

como leis e decretos, algo fundamental para garantir a inclusão. Autores como Martins e Louzada (2020) destacam a importância de orientar os futuros professores sobre as leis e normativas da Educação Especial, preparando-os para auxiliar as famílias de seus futuros estudantes em questões de direitos no ambiente escolar. Ferreira *et al.* (2013) informam haver consenso de que os cursos de Educação Física não podem se eximir das discussões voltadas a promover intervenções e adaptações para pessoas com deficiência. Destacamos que a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar é um direito garantido por legislação, conforme indicado por leis e estatutos. Assim, abordar esses aspectos legais na disciplina demonstra o compromisso em formar profissionais conscientes de suas responsabilidades e diretrizes legais para promover uma educação inclusiva.

Dessa forma, compreender e discutir a legislação voltada à inclusão não apenas fortalece a formação dos futuros docentes, mas também os capacita a atuar de maneira ética e comprometida com a equidade educacional. Ao incorporar esses conhecimentos, os profissionais da Educação Física estarão mais preparados para planejar práticas pedagógicas adaptadas, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva.

II) Debates sobre deficiência na disciplina

Nessa categoria, os debates concentraram-se na análise da abrangência das discussões durante as disciplinas, proporcionando uma visão ampla dos pontos de vista dos estudantes em relação ao processo de ensino, especialmente nas temáticas voltadas para o contexto educacional. Observamos que, devido às mudanças de paradigmas, perspectivas e conceitos, a disciplina de Educação Física Adaptada nos cursos de Licenciatura tem se concentrado em debates políticos, históricos e sociais sobre a inclusão das pessoas com deficiência (Gonçalves *et al.*, 2020).

No presente estudo, notamos uma forte inclinação para discussões de cunho médico, como evidenciado pelos relatos dos estudantes. De acordo com Rodrigues e Lima-Rodrigues (2017), é comum encontrar um modelo predominante nos cursos de Educação Física, no qual as disciplinas são desenvolvidas visando fornecer características dos estudantes com deficiência, assim como aprendem e os aspectos metodológicos específicos. Esses aspectos foram observados nos relatos a seguir.

Buscamos reconhecer a importância de cada grau de deficiência, visando integrar essas pessoas na sociedade, no ambiente escolar e, sobretudo, nas práticas de educação física (Estudante 2).

Os conteúdos abordados na disciplina contribuíram de forma significativa para o trabalho com os alunos, proporcionando uma compreensão mais profunda das características de cada deficiência (Estudante 10).

Com atividades nos mostrou diferentes situações e formas de agir de acordo com determinada deficiência (Estudante 11).

Muito ampla, podendo ter mais ênfase em cada deficiência, principalmente aquelas que vem aumentando ao longo dos anos, ex: autismo, tdah entre outras (Estudante 4).

Destacamos que essa abordagem centrada nas características das deficiências pode acarretar algumas limitações. Concordamos com Seabra (2012) ao apontar que a compreensão dessas disciplinas está intrinsecamente relacionada à deficiência, fundamentada no modelo médico e, conseqüentemente, focando apenas no “diagnóstico das limitações físicas e cognitivas” e “características das deficiências”. Dessa forma, observamos nas respostas a perspectiva no qual a disciplina é trabalhada com um “caráter biomédico”. Ademais, a utilização do termo “deficiência”, citado nas respostas apresentadas, suscitam a uma insistência na ênfase biológica da condição, indicando um modelo médico e um viés terapêutico da Educação Física (Carvalho; Salerno; Ferreira, 2022).

Urge, portanto, a necessidade de uma revisão nos currículos de formação nos cursos de Educação Física, fomentando a integração de uma perspectiva mais ampla da inclusão, que transcenda as abordagens biomédicas e incorpore uma compreensão abrangente das necessidades e potencialidades dos estudantes. Fonseca e Maia (2021, p. 77) pontuam que

É notório que num curso de Educação Física, as questões biológicas constituem parte importante de seu currículo, mas não se pode esquecer que lidamos com uma diversidade enorme de pessoas, que não são automatizadas ao movimento e ao funcionamento de seu próprio corpo; que para além de suas potencialidades e limites anatômicos, fisiológicos e biomecânicos, têm suas potencialidades e limites sociais e psicológicos e isso deve ser bem equilibrado (Fonseca; Maia, 2021, p.77).

Dias e Silva (2022, p. 410) indicam a importância de “refletir como os currículos para a formar profissionais preparados para a Educação Inclusiva estão sendo elaborados, baseando-se em modelos práticos em vez de teorias abstratas.” É fundamental repensarmos os currículos dos cursos de Educação Física, valorizando a diversidade e promovendo debates que aprofundem na questão da inclusão e das práticas educacionais inclusivas. Essa revisão curricular deve incorporar uma compreensão abrangente das necessidades e potencialidades dos estudantes, garantindo que a formação dos futuros profissionais esteja alinhada com os princípios de igualdade e respeito à diversidade.

Dessa maneira, a reformulação dos currículos dos cursos de Educação Física deve ir além da simples adequação teórica, buscando uma abordagem que una conhecimento prático e reflexão crítica sobre a inclusão. Isso significa integrar conteúdos que abordem as múltiplas dimensões da diversidade, capacitando os futuros profissionais a reconhecerem e atenderem às necessidades específicas de cada estudante. Além disso, a formação deve estimular a construção de estratégias pedagógicas adaptadas, promovendo um ambiente educacional acessível e equitativo para todos. Somente assim será possível formar professores que não apenas compreendam a importância da inclusão, mas que também estejam preparados para colocá-la em prática de maneira efetiva, garantindo que os princípios de equidade e respeito à diversidade se tornem realidade no contexto escolar.

III) Experiências formativas e impactos na prática profissional

Na última categoria, identificou-se nos relatos dos estudantes aspectos que indicassem o reconhecimento e experiências em temáticas inclusivas, tanto dentro quanto além da disciplina. Também percebemos, por meio desses relatos, o impacto da disciplina na prática profissional, especialmente em relação ao trabalho com o público da educação especial. Compreendemos que a inclusão dessas disciplinas nos currículos de graduação tem proporcionado experiências aos estudantes não apenas na área social e escolar, mas também no contexto esportivo, como afirmam Chicon, Peterle e Santana (2014). Ao analisarmos as respostas dos estudantes, encontramos relatos que demonstram o reconhecimento da disciplina e as experiências ocorridas na disciplina de temática inclusiva. Vamos examiná-los.

Através do programa PIBID, durante os estágios pude acompanhar aulas onde havia um cadeirante. E através das práticas ensinadas pelo professor pude refletir e planejar atividades para esse aluno (Estudante 3).

Durante a própria disciplina eu já tinha contatos com alunos com deficiência em meus estágios, e todos os conhecimentos fornecidos na aula me serviram bastante e me ajudam a compreender, respeitar e como intervir nas situações (Estudante 5).

Tive contato pela primeira vez durante minha participação no PIBID. Os conhecimentos que eu adquiri nas aulas foram muito úteis (Estudante 8).

Me fez ter um outro olhar sobre a prática inclusiva e faz com que desenvolvemos atividades tanto práticas ou teóricas incluindo todos (Estudante 9).

No período de formação inicial, é crucial proporcionar experiências em estágios e projetos/programas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento prático e empírico, complementando a aprendizagem teórica (Pacheco; Barbosa; Fernandes, 2017). Observa-se que os estudantes tiveram diversas experiências formativas durante o

curso da disciplina, especialmente com pessoas com deficiência, o que é fundamental. Estudos nacionais indicam o despreparo para lidar com pessoas com deficiência, devido à falta de experiências práticas, precariedade do estágio supervisionado, dicotomia entre teoria e prática e falta de interdisciplinaridade nos cursos de formação em Educação Física, causando insegurança e dificuldades para a atuação profissional (Chicon; Peterle; Santana, 2016; Rossi-Andrion; Vilaronga; Van Munster, 2019).

Neste estudo, observou-se que as experiências compartilhadas pelos estudantes destacam a importância das vivências práticas na formação inicial, especialmente no contexto da inclusão. Destaca-se a presença de estágios e do Programa de Residência Pedagógica (PIBID), sendo um importante espaço nos currículos e propostas direcionadas às políticas de formação inicial de professores. Em um estudo recente de Silva e Fumes (2023), que analisou os limites e possibilidades das experiências inclusivas vivenciadas no Programa Residência Pedagógica (PRP), foi evidenciado, com base na análise dos documentos coletados (cartas e relatos de experiências), que a dimensão do estudo e reflexões sobre a Educação Inclusiva são fundamentais no processo de desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem planejadas e vivenciadas no programa de residência pedagógica.

Em consonância com esse achado, Rossi-Andrion, Vilaronga e Van Munster (2019, p. 8) analisaram a produção científica sobre a formação profissional inicial na área de Atividade Física Adaptada em uma perspectiva internacional e destacaram que a “experiência prática” é de “extrema importância na preparação dos estudantes em formação inicial para se sentirem confiantes ao atuar junto aos estudantes com deficiência (p.08)”. Essa constatação reforça a relevância das vivências práticas, como estágios e programas de residência, na formação dos futuros profissionais, contribuindo para a construção de sua confiança e competência ao lidar com a diversidade de alunos em situações reais de ensino.

Essa experiência prática envolveu atividades em que os participantes acompanhavam e vivenciavam de perto o trabalho realizado com as pessoas com deficiência, como, por exemplo, estágios supervisionados dentro e fora do campus universitário, estágios curriculares em escolas de Educação Especial e Regular; projetos de extensão e projetos comunitários que envolviam as pessoas com deficiência (Rossi-Andrion; Vilaronga; Van Munster, 2019, p.08).

Compreendemos que as vivências não apenas auxiliam na aquisição de habilidades básicas, mas também incentivam a busca por um entendimento mais profundo sobre a inclusão. É imprescindível que as instituições de ensino superior ampliem e fortaleçam as oportunidades de vivências práticas ao longo da formação inicial, garantindo que os futuros

profissionais estejam preparados para enfrentar os desafios da inclusão no ambiente escolar. Isso implica não apenas a oferta de estágios supervisionados de qualidade e programas de residência pedagógica bem estruturados, mas também a promoção de um currículo que favoreça a interdisciplinaridade e o diálogo constante entre teoria e prática.

Além disso, é necessário incentivar a reflexão crítica sobre as experiências vivenciadas, permitindo que os estudantes desenvolvam um olhar sensível e propositivo diante das demandas da Educação Inclusiva. Somente por meio de uma formação que integre conhecimento teórico e prático de maneira equilibrada será possível formar professores mais confiantes, capacitados e comprometidos com a construção de um ambiente educacional verdadeiramente acessível e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar as percepções de estudantes de Educação Física sobre os conhecimentos relacionados às temáticas inclusivas no contexto escolar, contribuindo para compreender as potencialidades e lacunas no processo de formação inicial para a Educação Inclusiva. A partir dos dados examinados, verificou-se que, apesar de haver esforços consideráveis para incorporar disciplinas sobre inclusão nos currículos, existem barreiras estruturais e epistemológicas que devem ser enfrentadas para obter uma formação mais abrangente e em conformidade com os princípios da inclusão.

Os resultados evidenciaram ainda a relevância de uma abordagem curricular que transcenda o modelo biomédico, integrando uma perspectiva interdisciplinar e crítica, que reconheça as dimensões sociais, culturais e pedagógicas da inclusão. As narrativas dos alunos demonstraram a disciplina de temática inclusiva no curso exerceu uma influência significativa na ampliação do conhecimento, na atuação profissional e na conscientização sobre a diversidade, porém ainda existe a oportunidade de intensificar as experiências práticas e desenvolver metodologias inovadoras que unam teoria e prática.

Além disso, é fundamental que essa formação inicial proporcione não apenas conhecimento teórico, mas também vivências práticas que permitam aos futuros docentes compreender as necessidades dos estudantes com deficiência e desenvolver estratégias pedagógicas eficazes para atendê-los. A articulação entre teoria e prática deve ser reforçada por meio de estágios supervisionados, projetos de extensão e programas de residência pedagógica, garantindo que os professores em formação tenham contato direto com a

realidade da inclusão escolar.

Outro aspecto crucial é a capacitação contínua dos docentes, assegurando que eles estejam atualizados quanto às políticas públicas, metodologias inovadoras e práticas pedagógicas inclusivas. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário um esforço conjunto entre instituições de ensino superior, gestores educacionais e a própria comunidade escolar, promovendo uma cultura de acessibilidade e respeito à diversidade.

Dessa forma, a reformulação dos currículos da Licenciatura em Educação Física deve ir além da adaptação técnica, incorporando uma perspectiva crítica e reflexiva que valorize a equidade e o direito à educação para todos. Somente com uma abordagem integrada e engajada será possível preparar profissionais comprometidos com a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e democrático.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edilson. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.28, n.2, p.329-338, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BORELLA, Douglas Roberto. **Atividade Física Adaptada no contexto das Matrizes Curriculares dos Cursos de Educação Física**. 2010. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Parecer CEB/CNE 17/2001**, homologação publicada no DOU 17/08/2001, Seção 1, p. 46. Resolução CNE/CEB 02/2001, publicada no DOU 14/09/2001, Seção 1, p. 39. Brasília, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, CNE/CP, 2015.

CALHEIROS, David Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira; GONÇALVES, Adriana Garcia; MANZINI, Mariana Gurian. Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professoras: planejamento, implementação e avaliação de um caso. **Pro-Posições**, Campinas, São Paulo, v. 30, p.1-30, 2019.

CASTRO, Paula Almeida; ALVES, Cleidiane de Oliveira Sousa. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. **e-Mosaicos**, v. 7, n. 16, p. 3-25, 2018.

CARVALHO, Camila Lopes; SALERNO, Marina Brasiliano; ARAÚJO, Paulo Ferreira. Produção acadêmica brasileira sobre inclusão de alunos com deficiência na Educação

Física. **Educación Física y Ciencia**, v. 24, n. 1, p. 207-207, 2022.

CHICON, José Francisco.; MENDES, K.A.M.O.; SÁ, M.G.C.S. Educação física e inclusão: a experiência na Escola Azul. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.4, p.185-202, 2011.

CHICON, José Francisco; PETERLE, Ludmila Lima; SANTANA, Monique Adna Galdino. Formação, Educação Física e Inclusão: um estudo em periódicos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, 2016.

DIAS, Viviane Borges; SILVA, Luciene Maria. Educação inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? **Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 406-429, 2020.

Públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas. **Educação Física**, Maringá, v. 24, n. 4, p. 581-95 FERREIRA, Elizabete; LOPES, Raphael Gregory Bazílio; FERREIRA, Raul.; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. Um olhar sobre a educação física adaptada nas universidades, 2013.

FIORINI, Maria Luiza Salzani. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, p. 387-404, 2014.

FONSECA, Michelle Pereira Souza. Formação docente em educação física na e para perspectiva inclusiva: Reflexões sobre Brasil e Portugal. **Revista Aleph**, n. Especial, 2021.

FONSECA, Michele Pereira de Souza; SANTOS, Maria Luíza Mendes; OLIVEIRA, Karine Melo Aquino. Ensino remoto e formação docente em Educação Física: percepções de licenciandos com deficiência. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022070-e022070, 2022.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso; ALMEIDA, Patricia Cristina Albieri. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: Edições: Unesco, 2019. p.351.

GREGUOL, Márcia; GOBBI, Erica; CARRARO, Attilio. Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 307-324, 2013.

GONÇALVES, Vivianne Oliveira; LEITE, Sabrina Toffoli; DUARTE, Edison. A Educação física adaptada no currículo de formação em educação física. **Itinerarius Reflectionis**, v. 16, n. 3, p. 01-15, 2020.

KRUG, Hugo Noberto; KRUG, Rodrigo Rosso; KRUG, Moane Marchesan. Docência e inclusão: os desafios e os sentimentos de professores de Educação Física na Educação Básica. **Revista de estudos aplicados em educação**, v. 4, n. 7, 2019.)

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto; LOUZADA, Juliana Juliana Cavalcante. Formação de professores de educação física no contexto da inclusão educacional. **Educação em Foco**, 2020.

MATOS, Giselle Fontenelle; CARDOSO, Vinicius Denardin; NICOLETTI, Lucas Portilho. Um conhecimento sobre a formação de professores de educação física na perspectiva

inclusiva. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, 2022.

OLIVEIRA, Patricia Santos; NUNES, Joao Paulo Silva; MUNSTER, Mey Abreu Van. Educação Física Escolar e Inclusão: uma revisão sistemática da produção discente na Pós-Graduação brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 570-590, 2017.

PACHECO, Willyan Ramon de Souza; BARBOSA, João Paulo da Silva; FERNANDES, Dorgival Gonçalves. A relação teoria e prática no processo de formação docente. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 332- 340, set. 2017.

RODRIGUES, David. Os desafios da equidade e da inclusão na formação de professores. **Revista de Educación Inclusiva**, v. 7, n. 2, 2017.

RODRIGUES, David.; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Educação física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, p. 317-333, 2017.

ROSSI-ANDRION, Patricia. VILARONGA, Carla Ariela Rios.; MUNSTER, Mey Abreu Van. Formação Profissional Inicial em Atividade Física Adaptada: Análise da produção científica Internacional. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25056, 2019.

SCHMITT, Jessica Aline; FRANK, Robson; BORELLA, Douglas Roberto; SHONE, Angela; DUARTE, Anne Caroline; HARNISCH, Gabriela Simone; STORCH, Jalusa Andreia. Concepção de professores de Educação Física em relação à qualificação e atuação junto de alunos com deficiência. **Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1-19. jan./mar. 2015.

SEABRA, Luís. **Educação física e inclusão educacional: entender para atender**. 2012. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação Física-Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, Samara Cavalcanti; FUMES, Neiza Lourdes Frederico. Inclusão e o Programa Residência Pedagógica (PRP): reflexões sobre os relatórios e cartas produzidas pelas residentes. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 16, n. 35, p. e19389-e19389, 2023.

SILVA, Rita de Fátima; ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. São Paulo: Phorte, 2012.

SIMIM, Mario Antonio Moura. **Exercício, esporte e inclusão**: a formação do profissional de educação física e o esporte adaptado. In: Noce, F. (Org.). O profissional de educação física na área da saúde. Belo Horizonte: EEEFTO, 2014. v. 1. p. 71-83.

SOBREIRA, Vickele; LIMA, Solange Rodovalho; PICCOLO, Vilma Lení. A percepção dos futuros professores de educação física sobre a preparação no trabalho com pessoas com deficiência. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 01, jan./mar. 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

VAN MUNSTER, Mey Abreu; LIEBERMAN, Laureen ; GRENIER, Michelle A. Universal design for learning and differentiated instruction in physical education. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 36, n. 3, p. 359-377, 2019.